

Governo quer cobrar contribuição de aposentado

ACM é um dos defensores da idéia de incluir a taxa no pacote fiscal

CLÁUDIA CARNEIRO

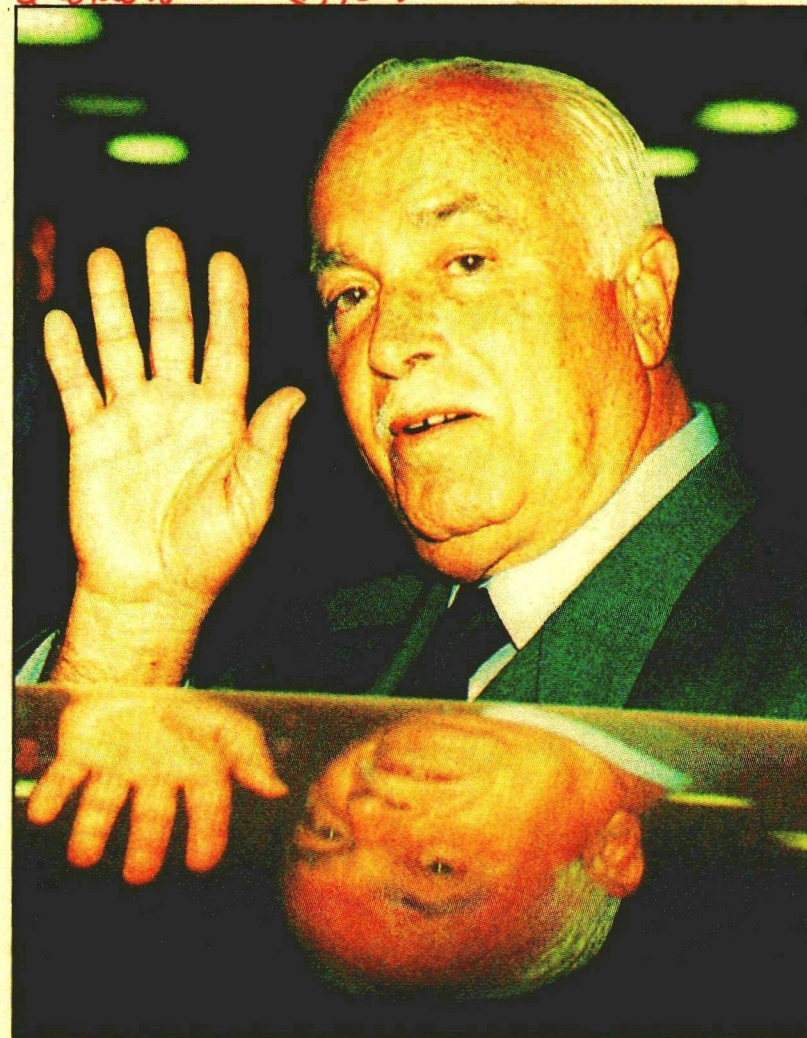
BRASÍLIA – O governo não só vai pedir ao Congresso uma sobrevida à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que o Planalto pretende elevar de 0,25% para 0,30%, como deverá incluir no pacote fiscal a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do serviço público federal. Dificilmente, porém, o Executivo conseguiria arrecadar esse recurso num período inferior a seis meses, considerando que o pacote, em preparação pela equipe econômica, será apresentado ao Congresso no fim do mês, por causa do impedimento constitucional.

A intenção do governo de taxar os inativos públicos tem a concordância do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). “Acho mais do que justo”, afirmou ontem o senador, ao sustentar que os benefícios dos aposentados custeados pelo poder público devem ter respaldo na contribuição do próprio funcionalismo.

Apesar de receberem aposentadoria no valor integral, somente a partir de 1993 os servidores ativos do governo federal começaram a contribuir para seu próprio plano de seguridade. Pelo menos dez Estados já taxam os benefícios de seus inativos.

Dobro – A cobrança sobre eles poderia garantir ao governo praticamente dobrar sua arrecadação com contribuições, chegando a R\$ 2,4 bilhões ao ano. Do início do ano até agosto, a União gastou com aposentadorias e pensões para servidores civis R\$ 6,27 bilhões. Mas o impedimento legal para a cobrança é fruto da própria tentativa do governo de ver aprovada a contribuição previdenciária no Congresso. Por três vezes no atual mandato, o Planalto não conse-

Economia - Brasil



ACM: crítica ao imposto sobre grandes fortunas e receio com CPMF maior

guiu instituir essa cobrança – por meio de projeto de lei, de medida provisória e da reforma previdenciária.

Como a MP 1.463, que previa a cobrança dos inativos, foi rejeitada em abril, o governo fica impedido de apresentar a mesma proposta ainda nesta sessão legislativa. A proposta somente poderia chegar ao Congresso no início do ano que vem e, se aprovada, teria de aguardar três meses para ser aplicada.

ACM voltou a criticar o imposto sobre grandes fortunas, uma

das medidas cogitadas no pacote fiscal, mas afirmou que é um ponto de negociação com as oposições. “Em todos os lugares do mundo, a taxa sobre grandes

fortunas deu errado; até mesmo a França está cogitando mudar isso”, argumentou. “Mas se for um ponto de negociação com partidos de oposição, acho que devemos até ceder.” Quanto à CPMF, Antônio

Carlos voltou a afirmar que seu aumento será aceito se for “indispensável” ao ajuste.

Mas o Planalto deu sinais de que realmente quer o imposto,

mesmo que seus efeitos sejam mínimos no conjunto do ajuste, que terá de atingir R\$ 25 bilhões. “É verdade que o imposto traz uma receita pequena, mas no momento em que se pede o sacrifício de todos, talvez seja a hora de reconsiderar isso, porque o imposto certamente atende ao princípio de que quem pode mais, contribui mais”, afirmou o porta-voz do presidente Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Amaral.

O comando do Senado e da Câmara estão dispostos a ajudar o governo no tempo que for necessário para a discussão do pacote. O senador Antônio Carlos afirmou ontem que deverá haver convocação extraordinária do Congresso. “Se houver matéria para ser votada, haverá convocação.”

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também afirmou que, em caso de matéria a ser votada, os deputados serão convocados para trabalhar em dezembro e janeiro. Amanhã, Temer reúne os líderes dos partidos na Câmara para definir a agenda de trabalhos até dezembro. A prioridade é a reforma da Previdência, além do ajuste fiscal (incluindo a CPMF). Antônio Carlos cobrou a conclusão rápida da reforma previdenciária. “Espero que ela saia até o fim deste mês.” Pelas contas de Temer, a reforma só será concluída no fim de novembro, depois do segundo turno.

Rito – Também amanhã, ACM reúne os líderes da Casa e o comando da Comissão Mista de Orçamento para tratar da proposta orçamentária de 1999. Técnicos da comissão estão preparando um projeto de resolução que propicia um rito de tramitação especial para a proposta. Segundo o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), a idéia é acelerar a tramitação do Orçamento do ano que vem, da MP de execução orçamentária que estabelece as metas do ajuste e os limites de gastos do governo e a análise de créditos suplementares ao Orçamento deste ano.

**DEZ ESTADOS
JÁ TAXAM
BENEFÍCIO DE
INATIVOS**